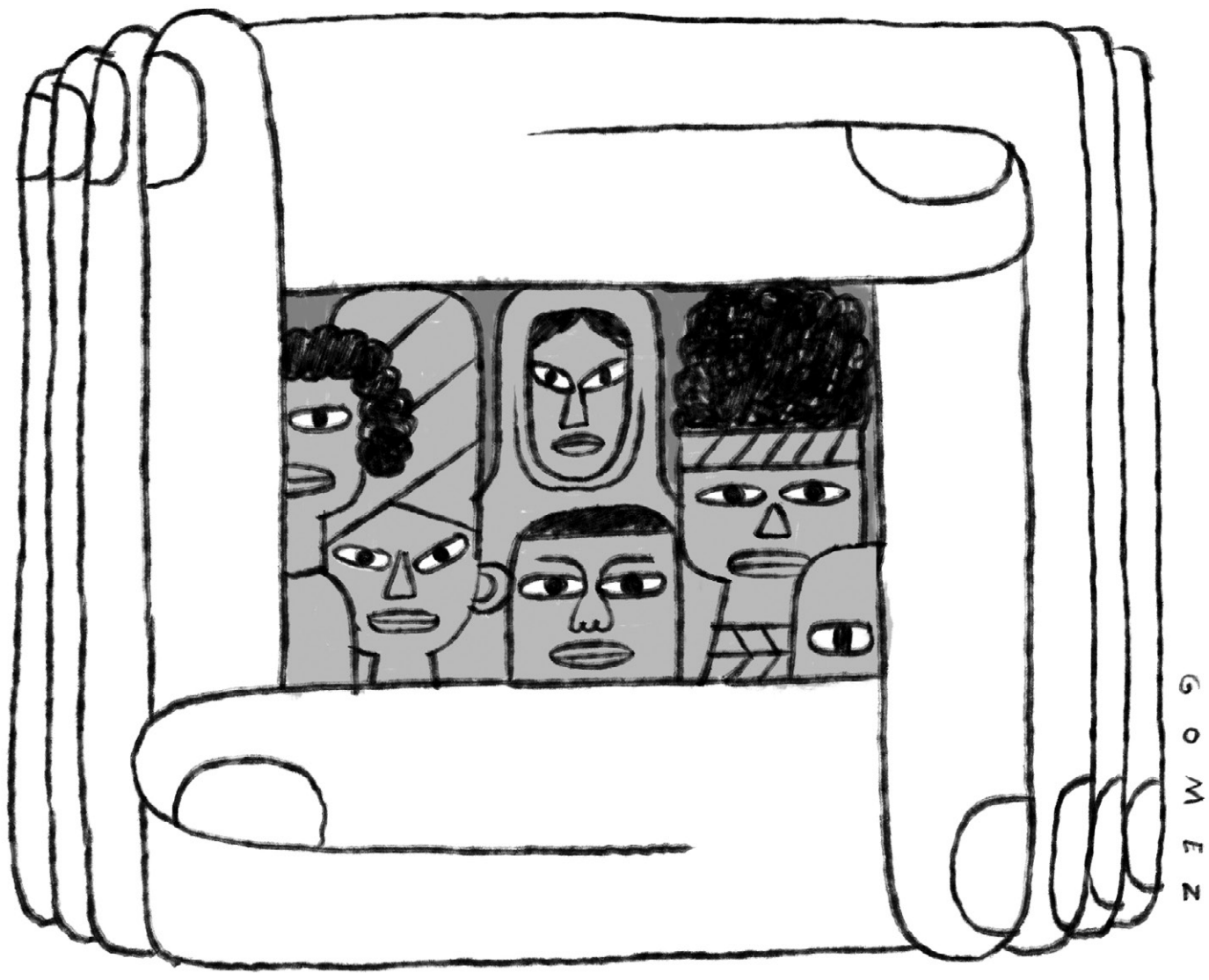
Se a raiz é africana, as tradições são brasileiras. Será?



» MARIA HELENA DOS SANTOS
Jornalista e designer gráfico, consultora técnica em projetos comunicacionais de entidades que visam à promoção do povo preto

Os discursos que norteiam os debates sobre as religiões de matriz africana no Brasil tendem a unificá-las no escopo de seu fundamento, ou seja, em uma origem que lhes é comum, a África. Em outras palavras, um dos principais argumentos que, de certa maneira, é naturalizado por eles, é que um dos pilares desse fundamento, compartilhado entre essas religiões, seria a compreensão comum daquilo que é sagrado entre os povos africanos escravizados em solo brasileiro.

Como se o continente africano fosse tão homogêneo a ponto de não existirem múltiplas formas de expressões religiosas com inúmeras formas de relações entre o mundo físico e o mundo espiritual. Questionar essa naturalização foi o que motivou este texto que você começa a ler, já que nós, negros, somos o único grupo populacional que desconhece suas origens. Será que basta colocar essas manifestações religiosas em um signo único de enraizamento, ou seja, um continente inteiro? As narrativas promovidas por meio desses discursos (re) constroem no imaginário coletivo representações dessas religiões. Pois elas, por um lado, limitam as representações dessas religiões na perspectiva daquilo que lhes é comum, tanto de maneira positiva como de maneira pejorativa e, por outro, limitam representações daquilo que não lhes é comum.

Mais do que isso, esses discursos não apenas limitam, como dizem uma forma de olhar essas representações, e de certa maneira, dizem-nos sem dizer que, se o seu fundamento é africano, as suas tradições são afro-brasileiras. Isto é, em certa medida, aprisionam a própria ideia de cultura desenvolvida e preservada por diferentes grupos étnicos explorados historicamente. Aliás, as narrativas limitadoras são construídas em diversas instâncias na contemporaneidade, destacando-se em três cenários: político, jurídico e educacional. No cenário político atual, com o avanço da bancada evangélica na Câmara e no Senado, foram propostos projetos de lei que objetivam tornar ilícitas práticas ritualísticas que envolvem o sacrifício de animais praticado por adeptos de religiões de matriz africana.

Um exemplo desse movimento ocorreu no estado do Rio Grande do Sul, o Projeto de Lei nº 21/2015 (PL 21/2015), proposto pela deputada estadual Regina Becker Fortunati (PDT/RS), que pretendia alterar o Código Estadual de Proteção aos Animais, de 2003, com a intenção de revogar o artigo 2º da Lei nº 12.131/2004, que impede o sacrifício de animais, mas abre uma exceção para os realizados nos "cultos e liturgias das religiões de matriz africana". Em sua maioria, os defensores de projetos como esses abordam nossas manifestações religiosas como primitivas e pouco desenvolvidas, desconhecendo a complexidade dos contatos heteroculturais, interculturais e transculturais entre povos africanos que foram dizimados e massacrados no período da escravidão. No fundo, tais projetos tendem a provocar o apagamento e marginalização dessas religiões e devem ser combatidos.

Além disso, querem impedir que nós, adeptos da umbanda, do candomblé, do batuque, da quimbanda, ou de qualquer outra religião dita de matriz africana, busquemos as raízes de nossos cultos na África. Essas manobras são reflexo do racismo à brasileira em forma de epistemicídio, mais uma maneira de apagar as heranças dos povos africanos presentes em nós e cultuadas por nós. Mas só se surpreendem com o presente aqueles que desconhecem a história. Ataques a tudo aquilo que "vem dos pretos" não começaram neste século e possivelmente não vão acabar no próximo. Porém cabe a nós ampliarmos essa discussão ao investigar e mapear as origens do que nos é sagrado, pelo direito de saber de onde viemos para além daquilo que nos foi dito e ensinado por quem tentou escravizar as almas dos nossos antepassados. Pois, se sujeitos estranhos aos nossos cultos menosprezam o conhecimento histórico comungado dentro dos nossos rituais, é nosso dever preservá-los. É do interesse deles referenciar as nossas religiões como de matriz africana e em raros casos dizer suas nomenclaturas, sendo que várias pesquisas já investigaram mais de 20 dessas manifestações em todo o território brasileiro. Contrário a isso, busca-se ampliar nossa noção de pertencimento cultural e assim possibilitar escrevermos uma história que ainda não foi escrita, uma história culturalmente rica que nos fale das consequências da influência mútua entre povos que foram dizimados.

A era ESG e o nível de consciência de risco das empresas

» EDUARDO TAKAHASHI
Country Leader da Willis Towers Watson Brasil

A observância dos critérios de ESG (ambientais, sociais e de governança) é fundamental e urgente para todas as organizações. Eventos globais, incluindo a pandemia, incertezas econômicas e a busca constante pelas melhores práticas de inclusão e diversidade estão estimulando empresas em todo o mundo a acelerar mudanças nas prioridades. E isso requer gestão de risco específica, identificação de oportunidades e ação coletiva.

Embora a crise na saúde mundial tenha exposto dolorosamente o quão vulneráveis as estruturas e sistemas corporativos podem ser, ela também elevou o nível de consciência de risco das corporações. Há um reconhecimento crescente entre os profissionais de investimento e negócios de que as questões relacionadas a ESG podem ter um impacto material no valor das empresas e a gestão de tais riscos pode preservar, e até mesmo aumentar o valor econômico para as companhias e acionistas.

Nos últimos anos, grandes investidores institucionais tornaram suas demandas baseadas nos critérios ESG de forma mais consistentes. Por exemplo, em julho de 2020, a gestora BlackRock anunciou que votou contra a gestão de 53 empresas de seu portfólio devido à ação insuficiente na integração do risco climático nos modelos de negócios.

Uma agenda ESG bem-sucedida começa com a revisão do modelo operacional de uma organização, que deve tratar a sustentabilidade como se fosse qualquer outra etapa de negócio. Diante disso, a gestão de riscos está no centro da governança corporativa, pois é fundamental para a criação de uma empresa sustentável e resiliente.

O segmento de seguros desempenha um papel influente na garantia da sustentabilidade por meio de atividades de gestão de risco, subscrição e gestão de investimentos. As companhias que atuam neste mercado mais do que nunca estão atentas às mudanças em direção a uma economia mais sustentável. Se antes as empresas com perfil mais tradicional olhavam para esse tema de forma mais superficial, hoje já não o fazem mais.

A evolução desse segmento alinhada às práticas de ESG é fundamental como suporte para as empresas que investiram, ou querem investir, pesadamente em estruturas de gestão de risco e governança, mas é preciso esclarecer que o sucesso desse tipo de investimento depende de um alinhamento com a cultura organizacional corporativa. Se não há uma cultura de risco que estimula a identificação, discussão, revisão e aprendizado com as violações e riscos potenciais, então fica mais difícil desenvolver um gerenciamento estratégico e eficaz.

Essa questão fica ainda mais evidente quando falamos dos riscos cibernéticos. A proteção de dados deve ser algo enraizado na cultura corporativa de modo que todos, do funcionário de chão de fábrica ao CEO, estejam cientes dos riscos e suas responsabilidades em evitá-los. Vazamentos podem comprometer os resultados e a credibilidade de qualquer empresa. E isso tem sido visto como um problema ESG devido à necessidade de as empresas entenderem a importância de fazer uma boa governança de dados e pelo fator humano que é um dos pontos mais vulneráveis da segurança cibernética.

É necessário agir com responsabilidade e transparência em relação às questões que envolvem o capital humano. A crise colocou o "S" do ESG firmemente no centro da discussão e muitas empresas passaram a identificar seus esforços para gerenciar saúde e segurança dos empregados, abordar a diversidade e inclusão e se envolver com as comunidades. As empresas líderes perceberam que seus colaboradores são os maiores defensores e facilitadores da estratégia climática e social e, portanto, uma força-chave para a mudança.

Acredito firmemente que o investimento sustentável baseado em um conjunto robusto de métricas ESG são a melhor direção para as organizações que se esforçam para obter um impacto positivo na sociedade e no meio ambiente, o que leva a um melhor desempenho dos negócios de longo prazo e na criação de valor.

As empresas que podem avaliar melhor seus impactos e riscos ambientais, sociais e de governança estarão em uma posição melhor para tomar decisões mais inteligentes. Não podemos prever o que acontecerá em 2022, mas os eventos dos dois últimos anos ressaltaram a importância de ter uma visão de longo prazo colocando em prática políticas e estratégias de negócios que olham além do próximo trimestre ou ano. Propósito, valores de longo prazo e sustentabilidade são hoje primordiais para o futuro das organizações.

Construção civil busca soluções sustentáveis

» PAULO SALVADOR
CEO da Modularis Offsite Building

Responsável por boa parte do impacto ambiental no mundo, a construção civil necessita de alternativas para inovar a cadeia produtiva de forma sustentável e perene. A construção off site tem muito a contribuir nesse salto. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a construção civil é responsável por 36% do consumo de energia, 38% de emissões de carbono relacionadas à energia e 50% do consumo de recursos naturais. E a perspectiva é que esses índices aumentem em 100% até 2060.

No Brasil, os dados não são muito distantes disso. O setor gera de 35% a 40% de todo o resíduo gerado nos grandes centros. A estimativa é de que as obras produzem anualmente perto de 400kg de entulho por habitante (quase igual ao de lixo urbano), sendo que a boa parte das sobras (tijolos, argamassa e outros) não são reciclados ou descartados adequadamente. Só a produção de cimento gera 8% a 9% de todo o gás carbônico (CO2) emitido por aqui. Um estudo da Universidade de São Paulo (USP) mostra que 8% de tudo que é produzido em uma obra vira desperdício.

Panorama preocupante que requer atenção, mais que isso, nos pede atitude. A COP26, recém -realizada em Glasgow, na Escócia, acentuou o senso de urgência em relação à busca de soluções para as questões climáticas. Isso afeta todos os países e segmentos, e a pauta da sustentabilidade é prioridade universal.

Tendência mundial, a construção offsite — onde a produção ocorre em ambiente fabril e totalmente controlado — tem muito a contribuir nesse sentido. Construir de maneira sustentável supõe a utilização racional de matéria-prima, redução do consumo de energia ao mínimo possível, reciclagem dos materiais e reaproveitamento futuro do que é produzido. A industrialização da construção traz novas tecnologias, processos e têm permitido inserir os seculares canteiros de obras no ambiente disruptivo. A incorporação de métodos produtivos industriais, somados a softwares e ao uso do aço de maneira otimizada tornou realidade uma construção cada dia mais limpa.

A base dessa revolução começa por algumas frentes. Em primeiro lugar, toda modelagem dos projetos é feita dentro de um verdadeiro espelho digital do prédio que será construído que permite especificar o uso dos materiais locais de instalações elétricas e correções de patologias futuras (chamamos isso de gêmeos digitais). Em seguida, quem abraça a construção offsite precisa investir em tecnologia, pesquisas, desenvolvimento e na criação de parcerias que possam amparar a esteira produtiva. E, finalmente, os edifícios construídos dentro desse paradigma são concebidos de maneira a atingir a melhor eficiência energética possível não somente durante a construção mas também em todo seu ciclo de existência.

Além dos ganhos ambientais, uma construção off site de grandes proporções é entregue na metade do tempo e sem estouro de orçamento. E, com a redução de prazos, os empreendimentos para renda como hotéis e escolas melhoram a taxa interna de retorno. Menor tempo de produção, menor desperdício e melhor gestão de riscos e aproveitamento energético.

Toda essa versatilidade é atributo da construção off site. Na Europa, quando comparada aos sistemas tradicionais, essa produção apresenta redução de 70% de entulho, 50% de barulho e poeira e 20% de circulação de pessoa no canteiro. O fato é que estamos todos, políticos, empresários, executivos e cidadãos comuns, chamados a ter uma participação ativa no cuidado com o meio ambiente. Cada um em sua esfera de atuação precisa ser um agente de transformação e assumir posição ativa na construção de um mundo mais positivo para todos. Para nós, o futuro das construções limpas chegou.